



# Liberdade Acadêmica e Democracia no Universo Conceitual dos Direitos Humanos

*Desenvolvimento e Implementação  
dos Princípios Interamericanos à Luz das  
Normas Internacionais.*

*Fabián Salvioli  
Natalia Urbina*



## Sumário Executivo

A liberdade e a autonomia acadêmicas são dois elementos dinâmicos essenciais para o cumprimento dos objetivos centrais das universidades. Sua evolução conceitual os coloca hoje - e são identificados como tal - dentro do universo conceitual dos direitos humanos.

O desenvolvimento do direito internacional dos direitos humanos contribuiu para isso, não apenas no nível normativo, mas também - fundamentalmente - na produção dos órgãos de tutela que cumprem seus mandatos nas organizações internacionais, tanto no âmbito das Nações Unidas quanto em níveis regionais.

A jornada chega a um momento histórico quando a Comissão Interamericana de Direitos Humanos aprova em 2021 os “Princípios Interamericanos sobre Liberdade Acadêmica e Autonomia Universitária”, um documento jurídico central que serve como a principal ferramenta para respeitar e garantir os direitos das instituições de ensino superior e de todas as pessoas que compõem sua comunidade acadêmica.

Tudo isso possibilita a necessária reflexão sobre os vínculos entre os direitos humanos e a educação superior, e a reconceituação da liberdade acadêmica e da autonomia universitária como direitos humanos - com base nas abordagens contemporâneas mencionadas anteriormente.

Desvendar o conteúdo e os limites do direito humano à liberdade acadêmica e à autonomia universitária e identificar o conteúdo de cada um dos Princípios Interamericanos a partir da produção dos órgãos internacionais de direitos humanos - de natureza jurisdicional ou não jurisdicional - permite identificar adequadamente as obrigações dos Estados e das próprias instituições de ensino superior de cumprir as normas internacionais nessa área.

Da mesma forma, o desafio de colocar em prática cotidianamente a garantia do exercício dos direitos humanos que estão em jogo em todas as atividades universitárias exige a identificação detalhada das medidas de implementação.

Os cinco capítulos do trabalho de pesquisa intitulado “*Liberdade Acadêmica e Democracia a partir do Universo Conceitual dos Direitos Humanos: Desenvolvimento e implementação dos Princípios Interamericanos à luz dos padrões internacionais*” abordam as questões acima mencionadas em profundidade, destacam

a relação indissolúvel entre democracia, direitos humanos e liberdade acadêmica, destacam o papel da universidade na consolidação do Estado de Direito e o papel transcendental que a prática profissional deve desempenhar - em termos de direitos humanos - para que as sociedades sejam substancialmente democráticas e para que os Estados cumpram adequadamente os propósitos - e obrigações - de respeito e garantia.

Por fim, o trabalho fornece um roteiro detalhado a ser implementado por Estados e Universidades - à luz dos Princípios Interamericanos - e oferece subsídios para reivindicar nacional e internacionalmente, perante os órgãos apropriados, o respeito e a salvaguarda da autonomia universitária e da liberdade acadêmica.

